



POLICY BRIEF N. 4

PROGRAMA BRICS

Os relatórios da Plataforma
de Cooperação em Pesquisa
Energética dos Brics (2020-2025)

JUNHO DE 2025

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS ZÉ EDUARDO DUTRA - INEEP

EXPEDIENTE

DIREÇÃO TÉCNICA

Mahatma Ramos
Ticiane Alvares

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fernanda Brozowski

AUTOR

André Leão¹

PESQUISA E DADOS

Maria Clara Arouca

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Lidia Michelle Azevedo

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Fátima Belchior
Laura Cardoso

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Sandro Mesquita

FOTOS

Freepik

CONTATO

ineep.org.br | redes@ineep.org.br | (21) 97461-8060

ENDEREÇO

Avenida Rio Branco, 133, 21º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ



Instituto de Estudos
Estratégicos de
Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis



POLICY BRIEF N. 4 | JUNHO DE 2025

PROGRAMA BRICS

Os relatórios da Plataforma de Cooperação em Pesquisa Energética dos Brics (2020-2025)



RESUMO EXECUTIVO

O presente Policy Brief busca observar os trabalhos realizados pela Plataforma de Cooperação em Pesquisa Energética dos BRICS (ERCP, na sigla em inglês) nos últimos cinco anos (2020-2024), a partir de uma análise descritiva dos relatórios sobre energia. O objetivo é examinar como esses documentos

evoluíram ao longo do período, tendo como pano de fundo as mudanças nas abordagens sobre os temas do campo de energia, os objetivos da cooperação energética no âmbito dos BRICS e seus desafios, e as necessidades de um apontamento sobre projetos de cooperação dentro do bloco.

CONTEXTO

Nos últimos dois anos, o grupo dos BRICS tem passado por um processo de expansão importante. Além dos cinco países que deram origem ao acrônimo (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), novos membros foram incluídos: Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos. Embora a Argentina e a Arábia Saudita tenham sido convidadas para ingressar no bloco juntamente com esses quatro países na XV Cúpula dos BRICS, ocorrida em Johannesburg,

na África do Sul, em 2023, o governo argentino recusou o convite, ao passo que os sauditas permaneceram sem dar uma resposta formal (STUENKEL; TREADWELL, 2024). Em janeiro de 2025, o Brasil, na condição de atual presidente do bloco, anunciou a entrada da Indonésia como membro pleno, elevando o número de integrantes a dez.

Em 2025, a XVII Cúpula dos BRICS acontecerá no mês de julho. Em fevereiro

¹ Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisador da área Internacional do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

deste ano, ocorreu em Brasília a Primeira Reunião de Sherpas da presidência brasileira do BRICS, de cuja sessão de abertura Lula participou. Na ocasião, o presidente apresentou seis eixos definidos pela presidência do Brasil no bloco: i) reforma da arquitetura multilateral da paz e da segurança; ii) cooperação em saúde no Sul Global; iii) aprimoramento do sistema monetário e financeiro internacional; iv) mudanças climáticas; v) desafios da inteligência artificial; vi) ampliação da institucionalidade dos BRICS (LULA DA SILVA, 2025).

Embora o tema da energia não consista em um eixo principal, ele está sendo trabalhado dentro do quarto eixo, de desenvolvimento sustentável e mudança do clima (BRICS, 2025). Dentro do bloco, ocorrem as reuniões sobre energia, nas quais a transição energética tem ganhado maior destaque.

As principais pautas consistem em discussões sobre a ampliação ao acesso à energia elétrica, combate à pobreza energética e desenvolvimento de combustíveis sustentáveis. Por fim, vale destacar que o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na si-

gla em inglês) também tem um papel importante, já que financia projetos no setor de energia.

A intenção dos países é avançar essas agendas no bloco, o que deve ocorrer por meio da atualização do Plano de Trabalho da Plataforma de Cooperação em Pesquisa Energética dos BRICS (ERCP, na sigla em inglês) para os próximos cinco anos. A ERCP foi criada na X Cúpula dos BRICS, na África do Sul, em 2018, quando foi citada na Declaração de Johannesburg (BRASIL, 2018). No ano seguinte, foram definidos os termos de referência na XI Cúpula, ocorrida em Brasília (BRICS, 2021). Finalmente, em 2020, foi publicado o primeiro relatório sobre a cooperação energética do bloco. Desde então, os relatórios são publicados anualmente e ficam a cargo do país que exerce a presidência rotativa. Tendo em vista que o último relatório foi lançado em 2024, é

pertinente observar como os trabalhos no âmbito da ERCP evoluíram ao longo do período (2020-2024), analisando os principais pontos levantados em cada um deles e quais os desafios que precisam ser enfrentados.



ANÁLISE

Em primeiro lugar, vale destacar as mudanças nos títulos dos relatórios nos últimos cinco anos, o que ilustra, a princípio, uma intenção de tratar o tema da energia de modo cada vez mais aprofundado, considerando-se as abordagens de assuntos mais específicos. Nos três relatórios iniciais, de 2020, 2021 e 2022, o título foi abrangente e permaneceu o mesmo: “*Energy Report*”, ou seja, “Relatórios sobre a Energia”. Em 2023, o relatório foi intitulado “*Energy Security Report*” (em português, Relatório sobre Segurança Energética) e, em 2024, “*Just Energy Transition Report*” (em português, Relatório sobre Transição Energética Justa). Em outras palavras, as mudanças nos últimos dois anos apontam, possivelmente, um amadurecimento das pesquisas, com um olhar voltado para as reais necessidades energéticas dos membros dos BRICS. Vale destacar a importância da abordagem sobre a transição energética, sobretudo devido ao fato de o grupo possuir integrantes que são grandes produtores de petróleo. Tais modificações

acompanham os movimentos de uma conjuntura global marcada por instabilidades e incertezas oriundas de conflitos interestatais, que tornam o mercado de energia mais volátil. Tendo isso em vista, esforços para discutir formas de obtenção de maior diversidade de fontes para abastecimento dos sistemas energéticos dos países – ou seja, como garantir a segurança energética e como promover uma transição energética justa – são cada vez mais necessários.

Os dados publicados no **relatório de 2020** demonstram a importância dos países do grupo dos BRICS para o desenvolvimento do setor energético mundial. Em 2018, esses países eram responsáveis por 37% do consumo de energia no mundo e por 35% da produção. Estimava-se que, em 2040, esses valores saltariam para 41% nos dois casos, sinalizando autossuficiência energética enquanto bloco, o que pode significar um espaço privilegiado de negociações de complementaridade e segurança energética para os países.

Destaca-se também o peso dos BRICS no setor de transição energética, principalmente no consumo. Embora seja discutível o papel do gás natural como fonte limpa – é considerado mais um combustível de transição –, não se pode deixar de ressaltar que o relatório apontou um aumento de 30% no aproveitamento desse combustível entre 2008 e 2019 e de 52%, no mesmo período, no consumo de outras fontes renováveis.

É importante notar que, segundo o relatório, existe uma complementaridade entre os cinco principais países BRICS. Enquanto África do Sul, Brasil e Rússia são grandes fornecedores de energia, a China e a Índia são grandes consumidores. Essa equação ajuda a fortalecer a cooperação entre eles, assegurando maior estabilidade aos sistemas energéticos de cada um. As crescentes trocas comerciais visam à garantia da segurança energética. Por esse motivo, observa-se um aumento da participação do comércio intra-BRICS de petróleo e seus derivados em relação ao comércio total. Entre os anos 2008 e 2018, essa fatia passou de 9% a 14%. A cooperação em relação à energia nuclear e às fontes renováveis também é digna de nota.

Todavia, maiores avanços na cooperação energética dependem de alguns fatores. Destacam-se: i) o fortalecimento do setor de infraestrutura dos membros, fundamental para a logística, transporte e abastecimento dos combustíveis; ii) a criação de condições para o compartilhamento de tecnologias, para ampliar a eficiência energética, para diversificar o consumo de energias no setor de transportes (por exemplo, biocombustíveis, gás natural e veículos elétricos e movi-

dos a hidrogênio) e para facilitar meios de pagamento em moedas nacionais, visando maior estabilidade nas transações comerciais, a exemplo do que o Brasil tem defendido reiteradamente nas últimas duas Cúpulas do bloco (LULA DA SILVA, 2023; 2024).

Por fim, cabe salientar que, em 2020, ano em que a Rússia presidiu o grupo, foi lançado o Plano de Ação para a Cooperação de Energia nos BRICS até 2025, no qual foram estabelecidos um total de 11 temas e áreas de cooperação setorial mais importantes entre os membros, bem como um cronograma com ações previstas até este ano e separadas em três assuntos: desenvolvimento dos sistemas energéticos nacionais por meio do aprofundamento da cooperação; adoção de novas tecnologias e melhoria de condições para investimento no setor de energia; e ampliação da estabilidade dos mercados energéticos e do papel dos BRICS globalmente no campo da energia (BRASIL, 2020).

Dentre os pontos abordados pelo **relatório de 2021**, ressalta-se uma breve análise comparativa entre os membros dos BRICS, que contempla dados relevantes sobre consumo de energia, geração de eletricidade e participação das renováveis na matriz de consumo. De modo geral, eles revelam que, em 2019, a China era responsável por quase um quarto do total do consumo de energia no mundo, atingindo a marca de aproximadamente 24%, seguida por Índia e Rússia (próximas de 5%) e do Brasil (em torno de 2%) e da África do Sul (levemente menor que 1%). No que concerne à geração de eletricidade, esses números eram muito similares, com a diferença de que a China gerava

quase 30% de toda a eletricidade globalmente e a Rússia 4%.

No que concerne ao papel das renováveis, o Brasil possui grande destaque. Quando comparado aos demais países, nota-se uma disparidade muito grande na participação das renováveis no consumo total de energia, tendo em vista que o valor atingiu quase 50%, sobretudo de 2014 até 2019, após ter caído no período entre 2009 e 2013. A Rússia, a Índia e a África do Sul apresentaram evolução mais modesta ao longo desse tempo (2009-2019), ao contrário da China, que tinha participação abaixo da Rússia e similar à da Índia em 2009 (menos que 10%), e saltou para a segunda colocação, superando a marca dos 10%.

Os fatores apontados no relatório de 2020 para avançar mais na cooperação repetiram-se no relatório de 2021, que foram apresentados como objetivos em comum a serem perseguidos, notadamente a diversificação do consumo no setor de transportes, o desenvolvimento de novas tecnologias de economia de energia (ou seja, maior eficiência energética) e a expansão do acesso à energia às populações mais vulneráveis, com vistas ao combate à pobreza energética.

Diferentemente dos relatórios anteriores, o **relatório de 2022** colocou ênfase apenas nas análises individuais dos países. Ao final, a exemplo do relatório de 2020, citou a importância do Plano de Ação

para a Cooperação de Energia nos BRICS até 2025, e exaltou o compartilhamento de tecnologias e de conhecimento como forma de fomentar a cooperação entre os países em diversos setores da economia, especialmente no comércio de energias renováveis e na indústria.

O **relatório de 2023**, além de trazer análises sobre cada caso, tornou a explorar áreas de cooperação entre os membros do bloco, a exemplo dos dois primeiros relatórios. Novamente, algumas dessas áreas já haviam aparecido anteriormente, por exemplo, a diversificação de fontes energéticas – como forma de minimizar a dependência de uma única matriz e permitir resiliência em momentos de turbulência global do setor –, o compartilhamento de tecnologias, especialmente em energias renováveis, a adoção de iniciativas para aumentar a eficiência energética, e a necessidade de desenvolvimento do setor de infraestrutura.

Uma novidade importante foi a abordagem da cooperação em segurança energética, refletindo o título do relatório. Assim como no primeiro relatório, o peso dos BRICS no consumo e na produção de energia foi ressaltado, apontando as complementaridades entre os membros. No caso do Brasil, foi destacada sua grande expertise no desenvolvimento de tecnologias de energia renovável. No caso da Rússia, chama a atenção sua versatilidade, tendo em vista a experiência na exploração de combustíveis fósseis, hidrelétricas,

¹ Road map for BRICS energy cooperation up to 2025.

² São eles: i) pesquisa sobre o desenvolvimento do setor energético dos BRICS; ii) tecnologia; iii) digitalização; iv) eficiência energética; v) desenvolvimento de capacidades.

³ São elas: vi) carvão; vii) gás natural; viii) energia renovável; ix) bioenergia e biocombustíveis; x) transporte sustentável; xi) redes inteligentes (*smart grids*).



energia nuclear e no desenvolvimento de projetos de infraestrutura. No caso da Índia, vale frisar sua liderança no setor de renováveis, sobretudo nos campos da energia solar e eólica. A China, embora seja ainda grande produtora e consumidora de carvão, também se notabiliza pelos avanços nesses campos e pela velocidade com que tem promovido a transição energética. Finalmente, a África do Sul apresenta quadro semelhante ao da China. É também altamente dependente do carvão em sua matriz energética e tem investido cada vez mais em energia solar e eólica, porém caminha em direção à transição energética mais lentamente.

O **relatório de 2024** foi o primeiro a revelar informações sobre o grupo dos BRICS ampliado, ou seja, abordando dados sobre os novos integrantes (com exceção da Indonésia). A principal ênfase recaiu sobre os esforços dos países para implementar políticas de transição energética, buscando aprofundar o que foi exposto nos relatórios anteriores. Não se pode deixar de notar mais uma vez, contudo, as complementaridades, que advêm justamente das diferenças na autossuficiência energética, na infraestrutura energética e

nos modelos de operação dos mercados domésticos de energia. De fato, os países possuem sistemas energéticos muito peculiares e encontram-se em estágios distintos da transição. Há aqueles que são ainda muito dependentes da renda derivada de combustíveis fósseis e cujas populações têm baixo acesso a fontes de energia segura e barata.

Ou seja, o caminho para uma transição energética justa envolve um processo gradual, que deve levar em consideração as particularidades de cada caso, sem deixar de priorizar, crescentemente, a adoção de tecnologias para aumentar a eficiência energética e que reduzam as emissões de gases de efeito estufa. Em função das condições e das necessidades diversas dos países – ainda mais heterogêneas após a ampliação dos BRICS –, o processo de transição deve considerar o uso de combustíveis de transição, como é o caso do gás natural, e dos combustíveis híbridos, a exemplo dos biocombustíveis, que devem ser empregados de modo a garantir a segurança energética, ampliar o acesso à energia, e assegurar empregos estáveis e políticas de seguridade social no setor energético aos trabalhadores.

RECOMENDAÇÕES

- Ampliar a transparência dos relatórios da ERCP e das informações relativas aos projetos em desenvolvimento e às iniciativas de cooperação energética entre um ou mais membros dos BRICS no setor energético.
- Inserção dos instrumentos do NDB no esforço de cooperação energética e descarbonização da matriz energética dos países membros dos BRICS, a partir do financiamento de projetos de cooperação bilaterais, trilaterais ou multilaterais. Nesse sentido, sugere-se a priorização de projetos que envolvam construção de infraestruturas e de transferência tecnológica e que contribuam para a inclusão social e o combate à pobreza energética.
- Realização de estudos comparativos robustos sobre a heterogeneidade energética dos países membros, que considerem as especificidades e desafios de seus respectivos processos de transição energética. Esses estudos devem identificar o potencial de fontes renováveis em cada país e apoiar a criação de estratégias eficazes para seu aproveitamento, promovendo a cooperação e o desenvolvimento no âmbito dos BRICS.
- Construção de uma plataforma permanente e unificadora dos estudos e avanços de cooperação entre os países membros.





CONCLUSÃO

Embora os relatórios possuam diferenças nos métodos e na temática principal, é claramente possível identificar um fio condutor ao longo do período observado (2020-2024). Todos apontam como grandes objetivos o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, a diversificação das fontes energéticas para consumo, a necessidade do compartilhamento de conhecimento e de tecnologias entre os países, e o incremento das trocas comerciais. É importante notar, contudo, esforços dos últimos dois relatórios para incluir o tema do combate à pobreza energética – considerando-se as preocupações com as dificuldades das populações em ter acesso à energia –, e para apontar as diferentes condições dos sistemas energéticos dos países e a transição energética justa, com um olhar voltado às necessidades dos trabalhadores.

Esses objetivos e esforços recentes ilustram como a cooperação energética é fundamental, sobretudo diante de uma conjuntura política internacional impactada por mudanças de rotas constantes – a exemplo da atual tensão geopolítica e da decisão de várias petrolíferas a recuarem em seus planos de desenvolvimento de energias renováveis. Essas instabilidades ressaltam a necessidade de garantia da segurança energética a partir da exploração das complementaridades entre os membros dos BRICS e mostram que o processo de transição não é linear. Ao contrário, é difuso, gradual e marcado por sobressaltos que geram avanços e retrocessos. Nesse contexto, um BRICS fortalecido em matéria de cooperação energética, por meio da qual se assegura que haverá acesso a diversas fontes de energia, permitirá enfrentar esses desafios com maior segurança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **X Cúpula dos BRICS – Declaração de Joanesburgo – 27 de julho de 2018**. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles. Acesso em 01 abr. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia, 2020. Disponível em: <https://antigo.mme.gov.br/documents/1151369/0/Road+Map+para+a+coopera%C3%A7%C3%A3o+em+energia+no+BRICS.pdf/d49769de-4368-1969-1500-d40db012af0c>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRICS. **About BRICS**. Energy, 2021. Disponível em: <https://brics2021.gov.in/energy>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRICS. **Sobre o BRICS Brasil. Áreas de Cooperação**, 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/areas-de-cooperacao>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRICS. **Energy Report**. BRICS Energy Research Cooperation Platform, 2020. Disponível em: https://www.ief.org/_resources/files/events/brics-russia-2020-energy-research-cooperation-platform-/brics-energy-report.pdf. Acesso em 04 abr. 2025.

BRICS. **Energy Report**. BRICS Energy Research Cooperation Platform, 2021. Disponível em: <https://brics2021.gov.in/brics/public/uploads/docpdf/getdocu-41.pdf>. Acesso em 04 abr. 2025.

BRICS. **Energy Report**. BRICS Energy Research Cooperation Platform, 2022. Disponível em: https://issuu.com/yy1900/docs/2_20220922_bricks_energy_report_2022-clean_for_min. Acesso em 04 abr. 2025.

BRICS. **Energy Security Report**. BRICS Energy Research Cooperation Platform, 2023. Disponível em: https://sanedi.org.za/wp-content/uploads/2024/12/BRICS-Energy-Security-Report_May_2024.pdf. Acesso em 04 abr. 2025.

BRICS. **Just Energy Transition Report**. BRICS Energy Research Cooperation Platform, 2024. Disponível em: <https://sanedi.org.za/wp-content/uploads/2024/12/BRICS-JET-Report-2024.pdf>. Acesso em 04 abr. 2025.

LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS**. Johannesburg, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-aberta-da-xv-cupula-do-brics>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, na Rússia.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/10/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-plenaria-aberta-da-xvi-cupula-do-brics-na-russia>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do presidente Lula na abertura da Primeira Reunião de Sherpas da presidência brasileira do BRICS.** Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/02/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-sherpas-da-presidencia-brasileira-do-brics>. Acesso em: 12 mar. 2025.

STUENKEL, O.; TREADWELL, M. **Why is Saudi Arabia hedging Its BRICS Invite?**, 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/emissary/2024/11/brics-saudi-arabia-hedging-why?lang=en>. Acesso em: 10 abr. 2025.

POLICY BRIEF N. 4 | JUNHO DE 2025

PROGRAMA BRICS

Os relatórios da Plataforma
de Cooperação em Pesquisa
Energética dos Brics (2020-2025)

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS

Clique nos ícones para ser redirecionado(a)



CONTATO

ineep.org.br | redes@ineep.org.br | (21) 97461-8060

ENDEREÇO

Avenida Rio Branco, 133, 21º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ



Instituto de Estudos
Estratégicos de
Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis